



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

ANÚNCIO

N.º 115/2012

Para os devidos efeitos, vimos por este meio notificar o representante do agregado familiar da lista de candidatos a habitação social abaixo indicado, no uso das competências delegadas pelas alíneas 7) e 9) do n.º 1 do Despacho n.º 32/IH/2011, publicado no *Boletim Oficial* da RAEM, n.º 32, II Série, de 10 de Agosto de 2011 e nos termos do n.º 2 do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro:

<u>Nome</u>	<u>N.º do Boletim de candidatura</u>
TAM TOU HENG	5039035

Após as verificações deste Instituto, notamos que o elemento do agregado familiar de candidato a habitação social acima mencionado é elemento que figure no boletim de candidatura de outro agregado familiar, ao qual este Instituto já tenha autorizado a aquisição de habitação construída em regime de contratos de desenvolvimento para a habitação nos termos do Decreto-Lei n.º 13/93/M, de 12 de Abril, pelo que não reúne os requisitos exigidos para a candidatura, nos termos das alínea 3) do n.º 4 do artigo 3.º e artigo 46.º do Regulamento Administrativo n.º 25/2009 (Atribuição, Arrendamento e Administração de Habitação Social), este Instituto informou-o por meio de ofício, com o n.º 1109090015/DAH, datada de 12 de Setembro de 2011, a solicitar ao interessado acima mencionado para apresentar por escrito a sua contestação pelo facto acima referido no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de recepção do referido ofício, mas não fez a entrega da sua contestação dentro do prazo indicado. Neste acto recorreu uma infracção, nos termos dos artigo 5.º, n.º 2 do artigo 9.º e alínea 2) do artigo 11.º do Regulamento de Candidatura para Atribuição de Habitação Social, aprovado pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 296/2009, assim como do despacho do signatário, exarado na Informação n.º 1859/DAHP/DAH/2011, a respectiva candidatura foi excluída da lista geral de espera.

Simultaneamente, foi cessado a concessão de abono de residência por o agregado familiar beneficiário ter sido excluído da lista geral de espera, de acordo com os termos da alínea 1) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Administrativo n.º 23/2008 (Plano Provisorio de Atribuição de Abono de Residência a Agregados Familiares da Lista de Candidatos a Habitação Social).

E nos termos dos n.º 3 do Despacho n.º 32/IH/2011 e artigo 155.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro, cabe recurso hierárquico necessário da respectiva decisão administrativa, ao Presidente deste Instituto, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do presente anúncio, o recurso hierárquico tem efeito suspensivo.

O Chefe do Departamento de Assuntos de Habitação Pública,

Cheang Sek Lam
20 de Abril de 2012